

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2023 (Dos Srs. LUIZ COUTO, Luizianne Lins e outros)

Requer a realização de reunião de audiência pública para discutir as condições dos cárceres, a prevenção e o combate à tortura e o sistema de justiça no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de reunião de audiência pública, nesta Comissão, para discutir *as condições dos cárceres, a prevenção e o combate à tortura e o sistema de justiça no Brasil*, na esteira do Relatório, assim intitulado, que o Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal, hospedado na própria Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, elaborou recentemente.

Sugiro o convite de representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, da Defensoria Pública da União, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e da Agenda Nacional pelo Desencarceramento, Promotor Haroldo Caetano – Membro do Ministério Público do Estado do Goiás e o Juiz da Vara de Execuções Penais de Manaus, Luis Carlos Valois e a Senhora Rachel Gouveia Passos - Pós-Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Direito, vincula a linha de pesquisa Direitos Humanos, Democracia e Ordem Internacional, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora Adjunta lotada no Departamento de Métodos e Técnicas da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



JUSTIFICAÇÃO

As recomendações ao Brasil oriundas do 3º ciclo da Revisão Periódica Universal (2017-2021) foram cuidadosamente analisadas pelo Observatório Parlamentar da RPU, criado em 2020, fruto da parceria entre a Câmara dos Deputados e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Da análise resultou uma série de Relatórios, cada um incidindo sobre um campo temático. Um deles intitulou-se *Condições dos Cárceres, Prevenção e Combate à Tortura e Sistema de Justiça no Brasil*¹.

O Relatório demonstrou, mais uma vez, que o Brasil apresenta sérios problemas nesta área e – pior – que sofreu retrocessos relevantes nos últimos anos. Assim, por exemplo, a Lei nº 12.847, de 2 de agosto de 2013, que instituiu o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e criou o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, foi praticamente esvaziada, havendo agora um esforço para recolocar em funcionamento os instrumentos por ela criados.

Cabe à Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados dar continuidade ao trabalho do Observatório Parlamentar, discutindo e acompanhando, de uma perspectiva cidadã, as políticas públicas referentes às condições de encarceramento no Brasil.

Sala da Comissão, em 12 de abril de 2023.

LUIZ COUTO

Deputado Federal PT/PB

Luizianne Lins

Deputada Federal PT/CE

1 Ver [file:///C:/Users/P_5478/Downloads/condicao_carceres_bichara_barreiras%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/P_5478/Downloads/condicao_carceres_bichara_barreiras%20(3).pdf)



MIGUEL ÂNGELO
Deputado Federal PT/MG

3

Apresentação: 18/04/2023 10:09:25.893 - CDHMI/R

REQ n.62/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Couto e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233548760700>





Requerimento **(Do Sr. Luiz Couto)**

Requer a realização de reunião de audiência pública para discutir as condições dos cárceres, a prevenção e o combate à tortura e o sistema de justiça no Brasil.

Assinaram eletronicamente o documento CD233548760700, nesta ordem:

- 1 Dep. Luiz Couto (PT/PB) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Miguel Ângelo (PT/MG) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Luizianne Lins (PT/CE) - Fdr PT-PCdoB-PV

